



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Missão permanente



ANDRESSA ANHOLETE/AF/JP

O ministro gaúcho Augusto Nardes (foto), do TCU, assumiu uma missão que vai além dos gabinetes de Brasília: percorrer o Brasil e a América Latina para defender a cultura da governança. Em tempos de improviso, obras inacabadas e decisões guiadas pelo calendário eleitoral, a insistência de Nardes soa como um alerta necessário. Ele lembra que não faltam recursos ao país; falta planejamento, transparência e

continuidade. “Sem governança, não há futuro”, repete, numa tentativa de substituir projetos de eleição por projetos de Estado.

Desafio fora de Brasília

A crítica mais dura de Nardes é dirigida aos estados e municípios, onde, segundo ele, “a governança ainda não chegou de forma efetiva”. Para o ministro, “ministérios e órgãos federais avançaram, mas a transformação continuará incompleta enquanto prefeituras e governos estaduais seguirem administrados pelo improviso. O desafio é criar uma cultura permanente de metas, avaliação de riscos e cobrança de resultados. Sem isso, o Brasil continuará refém de mudanças de governo que interrompem projetos e condenam o País a recomeçar sempre do zero”.

Guerra antecipada nas redes

A menos de seis meses das eleições, a campanha de 2026 já entrou de vez nas redes sociais, e com um risco evidente: a politização de temas que deveriam ser tratados com responsabilidade. Pix, Banco Master, jornada 6x1, endividamento das famílias e até escândalos financeiros começam a ser usados mais como armas eleitorais do que como assuntos de interesse público. As vésperas do feriado, o senador Flávio Bolsonaro (PL) publicou mensagem nas redes afirmando: “O Pix é do Bolsonaro, o Banco Master é do Lula”, numa tentativa de associar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao escândalo envolvendo o Banco Master.

Pix, Banco Master e a disputa pela narrativa

A resposta veio do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), que também recorreu às redes para rebater a provocação, sustentando que a suposta taxação do Pix estaria ligada ao governo anterior, enquanto a liquidação do Banco Master seria resultado de ação do atual governo. O problema é que a disputa tende a empurrar o debate para um terreno perigoso, em que fatos complexos são resumidos a slogans. O Pix, por exemplo, não pertence nem a Bolsonaro nem a Lula. O sistema foi concebido e implantado pelo Banco Central do Brasil, resultado de um processo técnico iniciado antes de sua entrada em operação.

Munição eleitoral

Da mesma forma, o caso do Banco Master ainda está sob investigação e virou munição eleitoral antes mesmo de haver conclusões definitivas. O risco é transformar apurações sérias em peças de propaganda, alimentando versões simplificadas e acusações fáceis.

Flávio Dino propõe agenda de reforma do Judiciário

Ministro defende revisão das normas com foco em ética e eficiência

/ STF

Em meio à crise de imagem do Supremo Tribunal Federal (STF) e das disputas internas entre integrantes da corte, o ministro Flávio Dino propôs nesta segunda-feira uma nova reforma do Poder Judiciário.

A iniciativa, exposta pelo ministro em artigo publicado no portal ICL Notícias, abre uma nova frente de embate com o grupo do presidente da corte, Edson Fachin, em torno de uma agenda ética e moral para a magistratura.

“O Brasil precisa de mais Justiça, não menos, como parecem pretender certos discursos superficiais sobre uma suposta ‘autocontenção’, vista como uma ‘pedra filosofal’”, critica Dino no artigo.

A autocontenção do Judiciário é uma das bandeiras mais defendidas por Fachin na sua gestão.

Dino propõe a criação de tipos penais mais rigorosos para crimes cometidos por juízes e procuradores e cita a necessidade de regular “direitos, deveres e remuneração”.

As duas sugestões se somam



ANTONIO AUGUSTO/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Dino apresentou 15 sugestões para orientar a magistratura no País

a outras 13 que, segundo ele, demonstram a necessidade de uma verdadeira reforma do Judiciário, que resolva problemas concretos atualmente vivenciados por empresas e cidadãos.

Desde fevereiro, decisões proferidas por Dino têm sido interpretadas como recados a Fachin e como uma forma de forçar o presidente do STF a enfrentar certos temas.

Interlocutores de Dino afirmam que, enquanto Fachin insiste na

aprovação de um código de conduta, os reais problemas do Judiciário são de outra natureza. “Mudanças superficiais, assentadas em slogans fáceis, ou de caráter puramente retaliatório não fortalecem o Brasil. O que o robustece é uma Justiça rápida”, escreveu Dino no artigo.

Um dos primeiros pontos da reforma de Dino faz referência indireta ao caso Banco Master, ao propor criar critérios para precatórios e evitar créditos fraudulentos.

PF vê indícios de que Careca do INSS corrompeu policiais

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) encontrou indícios de que o lobista Antônio Carlos Antunes, o Careca do INSS, tentou corromper policiais de São Paulo para forjar o furto de um carro de luxo e incriminar um ex-assessor. O veículo, um Audi RS6, foi apreendido durante a Operação Sem Descuento, que investiga fraudes no INSS

por meio de saques não autorizados contra aposentados.

O Audi RS6 estava com Antunes quando foi apreendido, mas decisão do ministro André Mendonça, do STF, apontou que o carro pertencia ao ex-funcionário Edson Medeiros.

O documento, sob sigilo judicial, foi revelado pelo Metrôpoles e obtido pela Folha. No texto, Mendonça determina a restituição do

veículo a Medeiros. Segundo o ministro, a defesa do Careca do INSS alegou que o carro teria sido furtado pelo ex-assessor, mas Mendonça refutou essa versão.

De acordo com a PF, há fortes indícios de que Antunes teria corrompido duas policiais civis para forjar o crime de furto do Audi. À reportagem, a defesa de Antunes negou a tentativa de incriminação.

Delegada assumirá posto de servidor expulso dos EUA



FLÁVIO TAVARES/DIVULGAÇÃO/JC

/ POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal (PF) nomeou a delegada Tatiana Alves Torres para a função de oficial de ligação no serviço de imigração dos Estados Unidos, o ICE, substituindo o delegado Marcelo Ivo. A troca no posto ocorreu por meio de uma portaria assinada pelo delegado-geral Andrei Rodrigues na sexta-feira, e publicada nesta segunda-feira, no Diário Oficial da União. Na mesma segunda-feira, o governo dos Estados

Unidos anunciou a expulsão de Marcelo Ivo, alegando que o brasileiro teria tentado “manipular” o sistema de imigração norte-americano, “contornando pedidos formais de extradição” e “estendendo perseguições políticas ao território dos Estados Unidos”.

Na semana passada, o ex-deputado federal Alexandre Ramage, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, foi detido pelo ICE, sendo solto dois dias depois.

Tatiana Alves Torres substituirá Marcelo Ivo nos Estados Unidos

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade